

CONCEPÇÕES E VEICULAÇÕES SOBRE A CRIANÇA DEFICIENTE NO COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

Ms. CRISTINA BORGES DE OLIVEIRA

E-mail: cristinborges@bol.com.br

RESUMO

Este texto é uma síntese da dissertação de mestrado Políticas educacionais inclusivas para a criança deficiente: concepções e veiculações no CBCE 1978-1999. Seu objetivo principal é ampliar a sistematização de informações que possam contribuir para o avanço do conhecimento sobre a inclusão da criança deficiente nas aulas de educação física escolar. Nosso foco de análise privilegia as concepções e representações de criança e deficiência veiculadas pela produção teórica divulgada no CBCE, no período 1978/1999. Neste sentido, realizamos revisitação e análise crítica em 17 publicações (artigos, pontos de vista da RBCE e textos completos e de anais dos Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte – Conbraces) utilizando o método análise de conteúdo, a partir do qual categorizamos tais textos em uma matriz referencial de análise.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência; educação física; educação inclusiva.

A perspectiva de inserção/inclusão de crianças deficientes na escola regular apresenta inúmeros problemas relativos à série de adequações e transformações espaciais, metodológicas, atitudinais, conceituais e valorativas que têm que ocorrer para que, de fato, haja a possibilidade de inclusão escolar dos chamados alunos especiais. No Brasil, apesar dos diversos esforços e dos numerosos avanços, principalmente nas duas últimas décadas, a inclusão plena de crianças com deficiência no sistema escolar brasileiro não alcançou, ainda, avanços significativos.

Vários pesquisadores brasileiros da área de educação têm investigado as possibilidades e contradições relacionadas à escolarização de crianças deficientes, discutindo modelos teórico-práticos de educação bem como os impactos e as conseqüências das políticas educacionais na escolarização de crianças deficientes. Entre os mais representativos, podemos citar Jannuzzi (1985), Mantoan (1997), Sanches-Gamboa (1998), Carvalho (2000). O conjunto dessa produção – por sinal, em processo de expansão – tem enfatizado problemáticas relacionadas a políticas públicas de integração e/ou inclusão, formação de professores, adaptação metodológica às necessidades educativas especiais, educação para o trabalho, transformação das representações, comportamentos e atitudes em relação à pessoa deficiente etc.

Também a educação física – entre as várias áreas que têm produzido conhecimento sobre a criança deficiente – apresenta-se como área acadêmica importante no que diz respeito à busca de elementos que possibilitem a inclusão de crianças deficientes na escola regular. Neste sentido, existem significativas contribuições na produção científica da EF sobre as pessoas deficientes (Carmo, 1989; Rosadas, 1994; Costa, 1997; Silva, 1991, 1999). Contudo, apesar das preocupações e dos avanços, tendo em vista a complexidade da questão socioeducativa da educação especial e, particularmente, da EF para as pessoas deficientes, é importante também compreender as contradições que estão presentes, revelando que, na maioria das vezes, a oferta de atendimento educacional para essas pessoas tem tomado rumos não condizentes com as suas necessidades reais.

O desenvolvimento da pesquisa sobre a problemática da deficiência também pode ser percebido no contexto do CBCE, entidade representativa dos professores e pesquisadores da EF, a qual já se constituiu em objeto de estudo de Paiva (1994) e Brandão (1994). O levantamento dos textos e resumos publicados pelo CBCE no período 1978/1999 explicita o crescimento no número de publicações, principalmente, na década de 1990. Segundo Silva (1999, p. 1.048), “apesar de existirem diferenciações no que se refere

aos problemas e objetivos abordados, procedimentos teórico-metodológicos e epistemológicos comuns norteiam a maior parte dos textos”.

Entendemos que a produção de conhecimento é uma condição fundamental e indissociável para a instauração de processos educacionais inclusivos e de qualidade social para as crianças deficientes. Nosso ponto de partida é a compreensão de que a pesquisa científica é fator essencial na mudança de atitudes e na busca de formas mais efetivas para a inserção social de todos, inclusive da criança deficiente. Daí a necessidade de reflexão e avaliação contínua desta produção com vistas a contribuir com a melhoria qualitativa da área acadêmica. Neste estudo, optamos por fazer uma revisitação e análise crítica da produção veiculada, sobre a criança deficiente, no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

Uma revisão bibliográfica permitiu-nos perceber a inexistência de pesquisas que dêem conta de mapear, na produção veiculada pelo CBCE, os trabalhos que tratam a temática “deficiência”. Aliada a isso, a compreensão do importante papel exercido por esta entidade na comunidade científica da EF no processo de disseminação do saber foi o critério qualitativo utilizado para a escolha que subsidia o desenvolvimento deste estudo. Na estrutura da entidade, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), através da publicação de anais¹, e a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)* podem ser considerados os principais agentes de divulgação e discussão do que vêm produzindo os pesquisadores da EF.

Nossa problemática de investigação pode ser assim enunciada: Quais concepções e representações de infância e deficiência estão presentes na produção teórica veiculada pelo CBCE no período 1978/1999? O estudo de caráter bibliográfico tem como recorte a produção científica (artigos, pontos e vista e textos completos) divulgada nos anais dos Conbraces e nos exemplares da *RBCE* nesse período.

Para a organização e análise do material de investigação, optamos pelo método de análise de conteúdo que, de acordo com Trivinos (1987, p. 17), é utilizado para o estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências”. Nossa opção quanto ao uso desse método partiu de uma visão mais ampla do fenômeno estudado, fundindo-se às características do enfoque dialético. São três as etapas básicas no processo de uso da análise de conteúdo: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

1. Até 1995, eram publicados apenas os resumos. A partir do X Conbrace, em 1997, passou-se a publicar, em anais, os textos completos. Também é importante destacar que, com exceção do anais do X Conbrace (Goiânia, 1997), os anais foram publicados como número da *RBCE*.

A pré-análise consistiu na organização do material de pesquisa, ou seja, seleção de fascículos da RBCE e anais dos Conbraces que no período de 1978/1999 publicaram trabalhos sobre a problemática da EF para a pessoa deficiente². Optamos por um levantamento inicial da totalidade dos resumos, artigos, pontos de vista e textos completos que discutem o tema relacionado à deficiência, o que permitiu a estruturação de uma lista bibliográfica. O critério inicial para esse levantamento foi a verificação de algum indicativo no título que apontasse na direção do tema "deficiência". A partir daí, executamos leituras em que pudemos identificar a categoria social que nos interessava, a infância.

A descrição analítica, a segunda fase do método de análise de conteúdo, começa já na pré-análise, mas nessa etapa o material é submetido a um estudo aprofundado, orientado, em nosso caso, por algumas questões norteadoras e pelo referencial teórico-metodológico adotado. Nessa etapa, procedimentos como a codificação, a classificação e a categorização são instâncias básicas, sendo que dessa análise surgem quadros de referências. Assim, construímos um quadro demonstrativo³ que apresenta todas as publicações sobre deficiência nos anais dos Conbraces e fascículos da RBCE no período recortado. Tal quadro foi organizado de acordo com algumas categorias que propiciam uma visão de totalidade, estabelecidas em resposta à seguinte questão: Quais são os elementos considerados importantes na leitura de revistas e anais?

Optamos por situá-los no tempo a partir da data de publicação e/ou da realização dos congressos, para entendermos o ponto de vista político e das políticas emergentes e, ainda, as discussões teóricas da época que está recortada. O(s) autor(es) é(são) uma categoria essencial; a instituição na qual

2. O processo de busca da bibliografia a ser analisada ocorreu, inicialmente, através do *site* do Centro Esportivo Virtual (CEV), seção Periódicos; de teses e dissertações (banco de dados da Faculdade de Educação Física de Muzambinho-MG), onde encontramos os sumários das *RBCE*. Os exemplares e números oriundos desta busca inicial, pela *RBCE* e pelos anais, foram conseguidos em bibliotecas institucionais e acervos particulares de sócios do Colégio, além de acervo pessoal da pesquisadora. A citada bibliografia foi, enfim, comparada e confrontada *in loco* com o material apresentado na listagem existente no *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte 1930-2000*, publicado pela Proreitoria/Ufes, em 2002, onde se aponta toda a produção publicada nos periódicos da EF, inclusive *RBCE* e anais dos Conbraces.
3. Em função do espaço disponível para este texto, esse quadro não pôde ser aqui exposto. Ele pode ser encontrado na íntegra em minha dissertação de mestrado *Políticas educacionais inclusivas para a criança deficiente: concepções e veiculações no CBCE 1978/1999*, defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp.

se encontra inserido, pois, muitas vezes, a instituição tem uma determinada linha paradigmática e o fato de o autor estar vinculado a uma determinada instituição parece demarcar algumas tendências que se refletem na produção publicada.

Outra categoria importante é o tipo de deficiência abordada no trabalho publicado, o que permite perceber se houve privilégios e/ou esquecimentos de determinados tipos de deficiência; a categoria faixa etária serviu para delimitar o interesse pela educação da criança deficiente; a área de referência na qual procuramos identificar o atendimento ao deficiente nos diferentes âmbitos de atuação dos professores e pesquisadores da EF (na escola, na reabilitação, no lazer, na formação profissional etc.); a seção na qual o trabalho foi publicado na *RBCF* e ainda nos anais dos Conbraces; o tipo de produção com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Após a organização do material em categorias, selecionamos apenas publicações completas, o que contabilizou um total de 17 textos. Tais trabalhos (artigos, pontos de vista e textos completos dos anais) foram objeto de uma análise mais aprofundada que corresponde à terceira fase da análise de conteúdo. Essa fase, interpretação inferencial, tem como suporte o material de pesquisa já organizado e sustenta-se nos processos reflexivos e intuitivos do pesquisador que avança para o estabelecimento de relações entre a problemática pesquisada e a realidade educacional e social ampla. De acordo com Trivinos (1987, p. 62), nessa fase, o pesquisador deve “aprofundar sua análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem”.

Nesta pesquisa, a interpretação inferencial recaiu, *a priori*, sobre o campo epistemológico no qual se inserem os textos analisados, explicitando a abordagem teórica dos autores em que destacamos as concepções de criança, infância e deficiência. Para a sistematização da análise dos textos usamos a referência de Silva (1997) que, por sua vez, fez uma adaptação da Matriz Referencial de Análise, modelo consagrado por Sanches-Gamboa (1998). Realizamos também uma adaptação no instrumento de registro da análise, que, nesta pesquisa, dá origem aos quadros que explicitam uma análise em diferentes níveis. Os 17 textos foram, então, categorizados em diferentes níveis que podem ser assim explicitados:

- I – No *nível metodológico*, inserimos os textos aproximadamente aos campos em que se divide o pensamento científico. Segundo Sanches-Gamboa (1998), desses campos emergem abordagens que podem ser caracterizadas como empírico-analítica, fenomenológico-

hermenêutica e crítico-dialética. No caso deste trabalho, a inserção ocorreu por aproximação, haja vista que a característica sintética de textos publicados em fascículos da *RBCE* e anais dos Conbraces não permite, tal como em dissertações e teses, uma análise mais aprofundada de seus pressupostos.

2 – No *nível técnico*, explicitamos os tipos de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise de dados.

3 – No *nível teórico*, analisamos as temáticas abordadas, os objetivos propostos, os autores mais citados, as propostas e críticas apresentadas.

4 – No *nível epistemológico*, evidenciamos as concepções e representações de criança, infância e deficiência.

AS CONCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES DE INFÂNCIA, CRIANÇA E DEFICIÊNCIA VEICULADAS PELO CBCE

As concepções e representações de criança e infância não aparecem de forma explícita em grande parte do material analisado, sendo que somente foi possível identificá-las a partir dos autores e das teorias que serviram como referência para a construção dos trabalhos. Neste sentido, observa-se coerência entre as abordagens teóricas utilizadas e as concepções e representações de infância, criança e deficiência evidenciadas nos textos. A inexistência de discussões acerca da infância parece indicar que os autores dos textos consideram a infância um dado natural e universal – não uma construção histórica – e que não precisa ser explicitada do ponto de vista teórico.

Os textos que foram caracterizados como pertencentes à abordagem empírico-analítica (quatro textos) apresentam traços comuns quanto às concepções e representações de criança, que aqui é vista como adulto em potencial, como um *vir-a-ser*, e, portanto, alguém que deve ser preparado para a assunção de funções e posições no mundo adulto. Neste sentido, adotam-se referências teóricas americanas para a construção de uma proposta pedagógica para a EF, o que implica a perspectiva da uniformização dos movimentos através da definição dos padrões motores considerados normais.

A concepção aqui evidenciada é da infância como tempo de preparação para o futuro, etapa na qual deve ocorrer o desenvolvimento das habilidades motoras simples que preparam a criança para as complexas como o esporte, a dança e o trabalho (Tani, 1988), práticas a serem apreendidas a partir

do início da puberdade. Nesta perspectiva, a maior contribuição da EF para as crianças deficientes parece ser o estímulo ao desenvolvimento dessas habilidades, depreendendo-se daí também uma perspectiva de normatização dos comportamentos tidos como anormais, inadequados à vida social.

Os autores dos textos adotam uma concepção clínica/genética da deficiência vendo a criança deficiente como possuidora de déficits⁴ de ordem biológica que são, por si, responsáveis pelos processos de exclusão e estigmatização vivenciados por essas crianças. Na visão desses autores, parece ser uma ausência biológica o elemento que define, prioritariamente, a qualidade das interações sociais e da aprendizagem do deficiente, não sendo mencionados o papel das determinações sócio-históricas e a construção social dos conceitos. Há, contudo, uma certa preocupação relacionada ao papel dos pais e das instituições de educação e reabilitação de crianças deficientes, sendo que a questão não é aprofundada.

Em contrapartida, os textos que foram filiados à abordagem fenomenológico-hermenêutica (oito textos) apresentam uma nítida influência da psicomotricidade na pesquisa e intervenção dos pesquisadores e professores de EF entre as crianças com deficiência. É freqüente a referência a autores reconhecidos pelas concepções sobre a educação e a reeducação motora como Vitor da Fonseca, Jean Le Bouch, Pierre Vayer, Jean Le Camus, M. Ajuriaguerra, havendo oscilações entre as vertentes relacional e instrumental.

A criança, nesse caso, é tomada como ser inocente e puro, porém imperfeito, que deve ser educada na perspectiva do alcance da perfeição, esta representada pelo adulto. A organização dos dados corporais, neste sentido, apresenta-se importante na medida em que pode garantir o alcance das habilidades psicomotoras necessárias ao processo de adaptação social. No caso da psicomotricidade, essa preparação busca atingir a organização corporal que é considerada essencial para a aprendizagem da leitura, do cálculo e da escrita.

Esse conjunto de textos apresenta uma visão idealista de criança, escola, educação, deficiência. Tal visão evidencia-se na freqüente associação da criança com o prazer corporal, sendo a infância um tempo no qual os prazeres do corpo devem ser vividos de forma intensa. Esse discurso retira a criança do seu contexto de vida, idealizando um ser abstrato, desvinculado das determinações materiais. Emerge a visão da criança como ser independente e que não precisa da experiência dos mais velhos para se humanizar.

4. São usadas também as expressões *defasagens* e *disfunções*.

Como conseqüência da defesa do direito ao prazer corporal, os autores criticam os adultos e, em especial, as instituições escolares que não permitem o lúdico, o brinquedo, o riso. A escola, segundo essa ótica, rouba o direito ao prazer transformando a criança em aluno. Sugere-se, em contrapartida, a introdução do prazer nas escolas especiais. Estas devem ouvir os desejos das crianças, desenvolvendo uma educação com base na felicidade e na alegria na expectativa de que esses elementos, ao atuar sobre a auto-estima da criança deficiente, proporcionem a ela uma espécie de auto-aceitação que contribuiria para a sua aceitação social. Nisso é possível visualizar a influência das orientações de organismos e agências internacionais de caráter bilateral, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), bem como da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), os quais estão atrelados ao processo de globalização do capital e da cultura (Oliveira, 2002).

Ressaltamos a utilização de autores que veiculam – ainda que de pontos de vista distintos – a noção de que o prazer é a principal força e motivação para o desenvolvimento infantil. Essa noção está explicitada na forma de pedagogias do lazer, do riso, da alegria. Evidencia-se assim uma perspectiva de educação voltada à socialização da criança deficiente, na qual a afetividade emerge como elemento mais significativo, senão único, para que essa socialização possa ocorrer. Em decorrência dessa concepção, desconsidera-se a necessidade de uma discussão acerca do significado e da importância da aprendizagem acadêmica das crianças com deficiência.

Ainda podemos inferir que os autores desses textos focalizam seu olhar nas dificuldades encontradas pelos deficientes para o estabelecimento de relações sociais e afetivas, porém sem discutir a construção social do estigma, o que acaba por transferir ao indivíduo a responsabilidade de sua exclusão social. A EF, ao assumir a função de criar oportunidades para situações prazerosas e estimular a socialização da criança deficiente através do jogo e do movimento, contribuiria para a integração social do deficiente por meio do desenvolvimento da afetividade e da socialização.

Há uma tentativa, em vários textos, de minimizar as diferenças entre crianças normais e crianças deficientes ou ainda de definir de forma precisa as limitações provocadas pela deficiência, ressaltando que as conseqüências para a criança também são limitadas. Os trechos a seguir são ilustrativos dessa tendência:

[a criança deficiente] tem as mesmas necessidades de qualquer outra, acrescida daquelas que são decorrentes do seu atraso inicial de desenvolvimento (Blascovi-Assis, 1992, p. 309).

[...] cada criança tem um universo próprio, independente de suas limitações e é visível o desejo corporal que elas tem em estabelecer ou restabelecer um elo com o social, com o ritmo, com o movimento (Borelli; Almeida, 1999, p. 1.063).

A elaboração de um discurso que nega a diferença e celebra a igualdade sem que sejam consideradas as condições concretas de vida da criança deficiente e de sua família aponta, no nosso ponto de vista, para uma concepção de educação especial fundada no espontaneísmo e vinculada a uma perspectiva assistencialista de atendimento. O brincar aparece aqui como atividade natural da criança que, nessa ótica, não teria necessidade da presença e mediação do adulto para avançar no processo de humanização. É preciso ressaltar que a educação da infância brasileira e a da pessoa deficiente são marcadas, historicamente, pelo viés caritativo e assistencial, tendo as organizações religiosas um papel nada desprezível nesse processo.

Um outro discurso que desconsidera os determinantes sociais, econômicos e políticos para a inserção/inclusão da criança deficiente nas práticas corporais sistematizadas e na sociedade de modo geral é aquele que se orienta pela busca de uma melhoria da qualidade de vida através da exercitação corporal. Nessa perspectiva, a função da EF seria a de estimular as crianças deficientes à descoberta de suas potencialidades, alcançando, por essa via, as possibilidades de melhor qualidade de vida.

Já os textos enquadrados na abordagem crítico-dialética (cinco textos) têm em comum a perspectiva histórica, adotando como ponto de partida a concepção da criança como ser que precisa da ajuda e interação com outros seres humanos (mais velhos, mais experientes) para concretizar o seu potencial de desenvolvimento. Emana dessa concepção a “criança como indivíduo inserido em um determinado contexto sócio-histórico-cultural” (Capitoni, 1997). Neste sentido, há um esforço por parte dos autores de contextualizar a construção histórica da deficiência e das noções de ineficiência, improdutividade e dependência que lhe são associadas. Considera-se que essas visões arraigadas se apresentam como um impedimento para que as crianças deficientes possam alcançar sucesso na vida escolar e social.

Existem, entretanto, nos textos apoiados nessa abordagem, equívocos conceituais e metodológicos que, em certo sentido, podem ser vistos como incoerência teórica. Um dos campos nos quais esses equívocos são mais evidentes relaciona-se à utilização das concepções da escola de Vigotsky, em especial na discussão acerca do papel do brinquedo no desenvolvimento infantil. Ainda no campo das referências teóricas, é comum nos textos dessa abor-

dagem referência oriunda da psicomotricidade e da escola americana de desenvolvimento e aprendizagem motores.

De modo geral, encontramos em grande parte da produção analisada concepções naturalizadas de criança e infância, o que indica que os discursos em prol da inclusão da criança deficiente nas aulas de EF podem constituir-se a partir da visão de uma criança abstrata, desvinculada do contexto da realidade. A preparação para o futuro é a tônica dada, sendo que o futuro nesse caso parece ser representado pelo momento em que a criança consegue sua inclusão na escola e na sociedade.

O caráter de provisoriedade do conhecimento não permite a elaboração de conclusões definitivas acerca da produção teórica veiculada no CBCE sobre a educação da criança deficiente, porém impõe, àquele que realiza o trabalho investigativo, o delineamento de sínteses que venham a contribuir para que possamos reconstruir, no nível do pensamento, os dados da realidade. Desse modo, é possível alinhar alguns elementos que podem servir como balizadores da reflexão, discussão e intervenção da educação física no contexto da educação escolar de crianças deficientes.

De modo geral, os textos estudados – incluindo aqueles categorizados na abordagem crítico-dialética – não trazem uma discussão acerca das teorias pedagógicas que poderiam sustentar práticas pedagógicas libertadoras para as crianças deficientes. A visão da criança que se constitui como ser humano a partir de suas interações e relações sociais acaba por se configurar como uma idealização, uma vez que os textos não discutem quais as possibilidades concretas para que a EF escolar possa contribuir para a transformação das relações desiguais de poder que marcam as interações sociais na sociedade capitalista.

De modo geral, a pesquisa na área da EF para crianças com deficiência, por seu caráter idealista, ainda se encontra atrelada a concepções e representações que produzem um imaginário negativo e pessimista acerca das possibilidades das crianças com deficiência. Sob esse aspecto, os textos que foram objeto da nossa análise oferecem contribuições restritas para a inclusão educacional da criança deficiente, sendo este o grande desafio que, no momento, apresenta-se para os professores e pesquisadores da EF brasileira: avançar em direção a uma produção de conhecimento que possa trazer subsídios concretos para a elaboração de modelos teórico-práticos de ação educativa na perspectiva de concretizar a inclusão educacional de crianças deficientes.

Outra questão importante refere-se à escassa discussão acerca da apren-

dizagem acadêmica dessa criança. Os autores dos textos que foram objeto da investigação trazem poucas contribuições para que possamos avançar na compreensão das possibilidades e dos limites da aprendizagem dos conteúdos curriculares específicos da EF. Prevalecem abordagens que dão prioridade à descrição de características da deficiência e do deficiente, ao uso do jogo, da dança e do movimento como fatores de socialização da criança deficiente e à discussão acerca da construção social da deficiência. Mesmo os relatos de experiência têm uma contribuição reduzida, uma vez que carecem de rigorosidade científica.

Em uma perspectiva histórico-crítica de educação, é a aprendizagem das práticas e idéias que se desenvolvem no contexto da vida social que constituem a premissa básica para que a criança adentre e avance no processo de humanização (Saviani, 1999). A educação escolar, nessa ótica, tem a função explícita de transmissão do acervo cultural e científico disponível, dimensão que até o atual momento não foi estendida às crianças deficientes. Padilha (2000) afirma que o acesso da pessoa deficiente às práticas culturais sistematizadas, tais como o uso significativo dos objetos e as diversas linguagens presentes no universo cultural através da mediação de uma pessoa mais experiente, é o elemento que pode definir uma perspectiva de educação que possa promover a ampliação das limitações impostas pela deficiência.

Desse ponto de vista, a existência de uma produção científica que esteja em processo de avaliação contínua é fundamental para as desejadas e necessárias alterações das visões e concepções em relação aos deficientes, o que implicaria um avanço rumo à configuração de escolas onde as crianças deficientes possam apreender os modos de vida e os saberes historicamente acumulados pela humanidade.

A LDB n. 9.394/96 apresenta, ainda que de forma limitada, algumas diretrizes que podem – se tomadas como desafio para o conjunto da sociedade e em especial para aqueles envolvidos com a educação institucional – permitir algumas superações. Em particular, destaca-se nesse texto legal a educação especial não enquanto modalidade educacional, mas enquanto conjunto de recursos colocados à disposição para aqueles que têm necessidades especiais como os deficientes, o que abre um leque mais rico de possibilidades para a instauração de processos inclusivos de qualidade social.

Nosso estudo permitiu perceber que a produção publicada pelo CBCE sobre a criança deficiente é pequena se comparada ao tempo de existência e à periodicidade das publicações, o que indica, ao nosso ver, que a problemática da deficiência ainda é tratada como uma temática secundária no qua-

dro atual. Neste sentido, as escassas referências, nos textos em questão, às teorias pedagógicas da EF podem estar indicando um certo isolamento dos professores envolvidos com a educação de deficientes em relação ao processo de discussão e reflexão que a área, como um todo, vivencia desde a década de 1980, bem como um certo distanciamento entre as questões que foram consideradas centrais nos últimos vinte anos e a educação especial.

Em particular, é essencial que possamos superar a visão pessimista acerca das incapacidades de aprendizagem intelectual das crianças deficientes, vendo a EF escolar como componente curricular que tem como função transmissão/ensino de saberes constituídos, quais sejam, aqueles relacionados às práticas corporais sistematizadas. Tais práticas compõem o que é denominado cultura corporal (jogo, esporte, dança, ginástica, lutas), sendo estes os conteúdos curriculares a serem ensinados/aprendidos no contexto da escolarização (Coletivo de Autores, 1992).

A escola inclusiva somente ocorrerá a partir do momento em que as crianças deficientes possam ter direito ao conhecimento – e não somente a uma socialização sustentada nos princípios do modo de vida capitalista –, o que requer compreendermos que é urgente adentrar na discussão sobre as possibilidades de aprendizagem acadêmica (intelectual) de crianças deficientes e não-deficientes convivendo nos mesmos ambientes educativos.

Em uma perspectiva de totalidade, a fragilidade no fazer científico exige um contínuo processo de discussão e autocrítica, que devem ser favorecidos pela ampliação e melhoria da formação inicial e continuada dos professores e pesquisadores da área, e o estímulo à pesquisa e à divulgação de seus resultados provisórios como condições essenciais para que possa haver avanços significativos no tocante ao desenvolvimento de pedagogias que garantam o direito à educação da criança deficiente.

Concepts and diffusion regarding handicapped children in the Brazilian College of Sports Sciences

ABSTRACT: This article is a synthesis of the masters dissertation called Inclusive Educational policies for the handicapped child: concepts and diffusions at CBCE 1978-1999. Its main purpose is the expansion of information systematization that can contribute for the advancement of the knowledge regarding the inclusion of handicapped children in physical education classes. Our analysis is basically focused on concepts and representations of the child and the handicap conveyed in CBCE publications during 1978-1999. With this aim we reviewed and critically analyzed 17 publications (articles, points of view of RBCE and

(continua)

(continuação)

complete texts of Conbrace annals) utilizing the content analysis method with which we categorized such texts in a analysis reference source.

KEY-WORDS: Handicapped; physical education; inclusive education.

Concepciones e ideas sobre el niño deficiente en el Colegio Brasileiro de Ciencias del Deporte

RESUMEN: Este texto representa una síntesis de la disertación de maestría, Políticas educacionales incluyentes para el niño deficiente: concepciones e ideas en el CBCE 1978-1999. Su objetivo principal es ampliar la sistematización de informaciones que puedan contribuir al avance del conocimiento sobre la inclusión del niño deficiente en las clases de educación física. Nuestro foco de análisis privilegia las concepciones y representaciones de niño y deficiencia transmitidas por la producción teórica divulgada en el CBCE, período 1978-1999. En ese sentido, realizamos una revisión y análisis crítico de 17 publicaciones (artículos, puntos de vista de la RBCE y textos completos de anales de los Conbraces) utilizando el método de análisis de contenido, a partir del cual categorizamos tales textos en una matriz referencial de análisis.

PALABRAS CLAVES: Deficiencia; educación física; educación inclusiva.

REFERÊNCIAS

BLASCOVI-ASSIS, S.M. Deficiência mental e lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 12, n. 1, 2 e 3, 1992.

BORELLI, S.; ALMEIDA, V. de. A dança e a criança down. In: CONBRACE, 11., 1999, Florianópolis. Anais... Florianópolis: set. 1999, p. 1.062-1.064.

BRANDÃO, C. da F. *Batendo bola, batendo cabeça*. Problemáticas da pesquisa em educação física no Brasil 1978-1993. Ibitinga: Humanidades, 1994.

BRASIL/PR. *Lei n. 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União*. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, n. 1, 249, 23/12/96. p. 27.833-27.841.

CAPITONI, C.B. A educação física e a teoria sócio-histórica cultural: um trabalho com surdas em classes de alfabetização. In: CONBRACE, 10., 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia: out. 1997, p. 1.286-1.292.

CARMO, A.A. do. *Deficiência física: a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina*. 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas.

CARVALHO, R.E. *A nova LDB e a educação especial*. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

- COSTA, A.M. *A produção do conhecimento em atividade motora adaptada: uma análise quantitativa de sua evolução, tendência e perspectiva*. Campinas: FEF/Unicamp, 1997.
- JANNUZZI, G. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
- MANTOAN, M.T.E. et al. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon/Senac, 1997.
- OLIVEIRA, C.B. Inclusão educacional: intenções de um projeto em curso. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 23, n. 2, Campinas, 2002, p. 31-42.
- PAIVA, F. S. L. *Ciência e poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Vitória: Ufes/Cefed, 1994.
- PADILHA, A.M. *A constituição do sujeito simbólico: para além dos limites impostos à deficiência mental*. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da Anped, Caxambu/MG, 2000. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 2000.
- ROSADAS, S. de C. *Educação física e prática pedagógica: portadores de deficiência mental*. Vitória: Ufes/Cefed, 1994.
- SANCHES-GAMBOA, S.A. Educação especial: produção do conhecimento, paradigmas epistemológicos e implicações ideológicas. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 1998, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: 1998.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- SILVA, R.V.S. *Pós-graduação lato sensu em educação física para portadores de deficiência na UFU: tendências da produção científica*. Uberlândia: Deefe/UFU, 1991.
- _____. Produção científica, dos periódicos brasileiros em educação e educação física relacionada à pessoa portadora de deficiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 11., 1999, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: 1999, p. 1.046-1.049.
- _____. *Pesquisa em educação física: determinações históricas e implicações epistemológicas*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas.
- TANI, G. *Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EPU/Edusp, 1988.
- TRIVINOS, A.N. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido: 3 nov. 2003

Aprovado: 23 jan. 2004

Endereço para correspondência

Cristina Borges de Oliveira

Rua Santa Catarina, casa 7, setor São Judas Tadeu
chácara 20 – Goiânia-GO – CEP 74685-440